

Raízes

v. 28, ns. 1 e 2, jan. – dez./2009; v. 29, n. 1, jan. – jun./2010

Dossiê: Território, sustentabilidade e ação pública
(Marc Piraux, Márcio Caniello – Orgs.)

DISPOSITIVOS COLETIVOS DE APOIO A PRODUÇÃO E DINÂMICAS TERRITORIAIS¹

Eric Sabourin

RESUMO

No Brasil, vários coletivos dos agricultores, mais ou menos institucionalizados e cujo objetivo principal é o apoio à produção individual ou familiar, assumem funções de interesse geral (geração e socialização de tecnologia, informação, formação, na base de prestações fundadas na cooperação e na reciprocidade (ajuda mútua, compartilhamento de recursos). Esses dispositivos coletivos e institucionais asseguram o manejo de recursos naturais comuns (água, terra, pastos, floresta) ou a produção de bens públicos locais (conhecimentos, inovação, acesso a mercados). O artigo analisa as características de algumas dessas experiências e examina sua contribuição efetiva ou potencial para a formulação de instrumentos de desenvolvimento rural mais adaptados.

Palavras-chave: dispositivos coletivos, recursos comuns, bens públicos, reciprocidade, cooperação, políticas públicas

COLLECTIVE DEVICES FOR SUPPORTING PRODUCTION AND TERRITORIAL DYNAMICS

ABSTRACT

In Brazil, various types of peasant farmer arrangements, dedicated primarily to supporting individual or family production, have been taking on functions of public interest. The peasants ensure these functions through relationships of cooperation and reciprocity (mutual aid and sharing of common resources). These collective and institutionalized "arrangements" are dedicated to the management of common natural resources (water, land, pasture, forest, native or local seeds) or to the production of local public goods (knowledge, innovation, or access to markets). This paper analyses the main characteristic of some of these experiences and examines how they could contribute to the policy making of rural development public tools more appropriate and efficient.

Key words: collective devices, commons, public goods, reciprocity, cooperation, public policies

Eric Sabourin. CIRAD, ES, Unidade de Pesquisa "Políticas e mercados", Montpellier, França.
sabourin@cirad.fr

¹ Texto apresentado no Seminário Internacional "Desenvolvimento Sustentável e Territórios Rurais: Quais desafios para a ação pública", organizado pelo Cirad, a Universidade Federal de Campina Grande e a Fundação Universidade Camponesa realizado em Campina Grande/PB no período de 22 a 25/09/2009.

INTRODUÇÃO

O artigo trata das perspectivas de desenvolvimento territorial e endógeno abertas pelo reconhecimento público das iniciativas de gestão ou de produção de bens comuns pelos grupos de agricultores (Sabourin et al., 2005). Examina como fundar, a partir de práticas locais, mecanismos de co-construção de instrumentos de políticas públicas e, por outro lado, alternativas de políticas de desenvolvimento rural territorial para os países do Sul.

Os resultados de pesquisas anteriores no Nordeste (Sabourin, 2003; 2006a, b e c, 2008) evidenciaram a existência de grupos de agricultores, assegurando gratuitamente, mas por necessidade, funções de criação ou manejo de recursos naturais comuns (biodiversidade, água, pastos, floresta) junto à sua função principal de produção agropecuária. É, por exemplo, o caso dos bancos de sementes comunitários, das reservas coletivas de água, das reservas extrativas ou dos fundos de pasto (Sabourin, 2008). Estes dispositivos estão fundados em relações de reciprocidade (ajuda mútua, cooperação e compartilhamento de recursos) e têm mostrado uma capacidade de negociação do seu reconhecimento e apoio pelos poderes públicos.

Um estudo no Nordeste e no Centro-oeste² examinou se essas características podiam ser encontradas em dispositivos de produção de bens comuns ou públicos manejados pelos agricultores familiares, dedicados a outros objetos que o manejo de recursos naturais, por exemplo, o acesso ao mercado e à formação ou a produção de conhecimento. O artigo analisa como algumas dessas experiências (feiras agro-ecológicas, Universidade Camponesa, Curso de alternância em Unai-MG) podem ser mobilizadas ou valorizadas para a renovação de políticas públicas (Sabourin, 2009). O texto conta três partes: a primeira apresenta o contexto teórico-metodológico e os casos estudados, a segunda analisa as características dos dispositivos estudados e a terceira parte tira os ensinamentos para políticas públicas.

1. ENFOQUE TEÓRICO-METODOLÓGICO E APRESENTAÇÃO DOS CASOS

1.1. REFERÊNCIAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

As iniciativas analisadas foram construídas a partir da interação entre a ação coletiva dos agricultores e políticas públicas do Estado, características da emergência de um campo da ação pública³ de desenvolvimento rural. A complexificação e a diversificação das políticas públicas têm levado a analisá-las como construções sociais, como conjuntos complexos de acordos institucionalizados entre agentes econômicos com interesses mais ou menos divergentes (Callon et al., 2001). A noção de ação pública foi mobilizada para dar conta da renovação dos processos de gestão da decisão política considerando em particular: a fragmentação dos lugares do poder, a interdependência entre os atores, assim como a existência de enfrentamentos ou de conflitos de ação pública, cada vez mais canalizados no marco de espaços de negociação promovidos para acolher mecanismos de discussão (Massardier, 2003; Duran, 1999).

Os grupos de agricultores associados aos dispositivos estudados não têm todos uma existência jurídica ou legal (associação, cooperativa), muitos sendo informais (comunidade rural, grupo sem estatuto). Portanto, proponho usar o termo genérico de dispositivos coletivos e institucionais, definidos por Mormont (1996) como “arranjos e configurações entre atores de diferentes tipos numa perspectiva de regulamentação”.

Vários autores têm observado tais dispositivos institucionais cuja existência e reprodução está fundada em relações sociais e regras destinadas a produzir e manejar bens comuns. Elinor Ostrom e seus colaboradores (1998, 2003, 2005) trazem uma análise aprofundada sobre a governança dos comuns a partir da correlação de amplas observações empíricas. Para Ostrom, a regulação da ação coletiva no manejo de bens comuns passa pela delegação de poder e de responsabilidades, pela aprendizagem e pela capacidade de elaboração de novas regras, que ela associa ao capital social dos grupos de usuários (Ostrom, 2005). Ela identifica atributos-chaves desses grupos, em particular aqueles que constitu-

² “Contribuição dos dispositivos coletivos dos agricultores familiares à renovação de instrumentos de políticas públicas de desenvolvimento rural” (UnB-Sol, CNPq, Cirad, Embrapa Cerrados – 2005-2008).

³ Ação pública: conjunto dos efeitos, resultando de interações entre instituições interdependentes, entre os agentes dessas instituições e uma quantidade de atores sociais interessados pelas ‘decisões políticas’ (Lagroye et al., 2002).

em o coração da cooperação: a confiança, a reputação e a reciprocidade. Segundo a teoria da reciprocidade (Temple, 1998, 2003), essas características correspondem a valores afetivos e éticos gerados por relações de reciprocidade simétrica no marco de estruturas elementares de reciprocidade. As duas principais estruturas de reciprocidade binária são a cooperação mútua e o compartilhamento, mas existem também estruturas ternárias como a transmissão de recursos e de conhecimentos entre gerações (cf Box 1).

1.2. TRÊS CASOS DE DISPOSITIVOS COLETIVOS INSTITUCIONALIZADOS

Os mercados agro-ecológicos na Paraíba

Os mercados de produtos agroecológicos⁴ integram a estratégia do Pólo Sindical da Borborema (PSB) de aumentar a autonomia dos agricultores familiares, incentivando-os a reduzir o uso de insumos químicos e a diversificar as alternativas de comercialização (Kilcher, 2004). Os casos de intoxicação por uso de pesticidas são freqüentes; mas o verdadeiro desencadeador foi o aumento do número de agricultores que praticam a agroecologia, em decorrência da atuação da AS-PTA (Apoio e Serviços a Projetos de Agricultura Alternativa) na região. Realizado inicialmente a título experimental, por

ocasião das festas de final de ano em 2001, o mercado agroecológico de Lagoa Seca se tornou permanente. Esta iniciativa levou um grupo de agricultores a se estruturar, criando uma associação e adotando regras e normas de estratégia comercial: uniformidade dos stands e controle dos produtos para garantir sua qualidade e origem. Por fim, este mercado obteve um reconhecimento dos poderes públicos no plano federal, através da negociação das modalidades de investimento do PRONAF/Infra-Estrutura.

Em seguida, o Pólo Sindical da Borborema negociou a implantação de um mercado agroecológico com a prefeitura municipal de Campina Grande. No âmbito deste pólo urbano regional, este mercado possui valor de "vitrine". Incentiva a participação dos agricultores convertidos à agroecologia, que não são numerosos em seu município, para constituir um mercado diferenciado. Isto serve de modelo para a ampliação, em escala regional, de um sistema de comercialização direta dos produtos orgânicos. Com a iniciativa do PSB, foi possível construir uma associação regional de agricultores agroecológicos e estruturar um processo de certificação de qualidade (Box 2).

Uma articulação na escala do Estado da Paraíba garante uma colaboração com as associações equivalentes

Box 1: Algumas estruturas de reciprocidade nos dispositivos estudados

Reciprocidade binária simétrica (cara a cara) produz respeito mútuo e amizade

- relação de ajuda mútua entre duas famílias
- relação educador/aluno em situação de paridade
- fazer ou aprender juntos → *respeito, amizade*

Reciprocidade binária assimétrica produz prestígio para o doador e obediência do menor

- relação educador/aluno em situação assimétrica

Relação de compartilhamento de recursos

- *ajuda mútua ou mutirão* → *confiança*
- *compartilhamento de recursos* → *confiança e justiça*

Estrutura de reciprocidade ternária

- *transmissão de recursos ou patrimônios* → *responsabilidade*
- *manejo de recursos comuns ou públicos* → *responsabilidade, justiça*

Estrutura ternária centralizada (redistribuição)

- relação simétrica: Estado democrático (justiça)
- relação assimétrica ou alienada: político clientelista, organização ou Estado corrupto

⁴ Mercados de venda direta de produtos da agroecologia (forma de agricultura ecológica com base orgânica, sem insumos químicos) pelos agricultores familiares.

Box 2. Qualidade dos produtos agroecológicos e certificação do grupo

A certificação dos produtos é garantida por comissões de agricultores designados pela associação dos produtores agroecológicos. A comissão verifica o processo de cultivo, o itinerário técnico e a natureza dos insumos utilizados. Cada agricultor pode se ver na posição ora do avaliador, ora do avaliado; por isso, os riscos de fraude são bem limitados, já que o interesse primordial consiste em manter uma clientela ainda frágil, ou seja, não mentir sobre a qualidade. Como diz Temple (2003), o controle da qualidade se torna inerente à estrutura de produção se esta se vê re-posicionada em um sistema de reciprocidade.

De fato, este sistema de certificação mútua (ou recíproca) tem por vantagem de ser gratuito, não aumentar o custo de produção e não tornar os agricultores dependentes de organismos de certificação.

Portanto, tão logo estes mercados camponeses começaram a se organizar, os serviços de extensão agrícola da Paraíba organizaram a concorrência. Do seu lado, promoveram mercados semanais dos produtores (não ecológicos, mas certificados como “produtos da agricultura familiar”) nas universidades de Campina Grande.

Existe um debate entre os agricultores sobre a estratégia mais relevante de diferenciação destinada aos consumidores: será preciso criar mercados especializados ou devem se dar os meios para que os consumidores possam identificar mais facilmente seus produtos no âmbito dos mercados tradicionais?

Para poder adotar a segunda opção, um apoio dos poderes públicos, mesmo mínimo, é importante. No caso da feira de Campina Grande, o apoio público facilitou o financiamento de estandes homogêneos de fácil identificação e garantiu um espaço diferenciado no âmbito dos mercados locais. Estes mercados funcionam graças ao envolvimento de algumas famílias que cuidam do cumprimento das regras. Os demais participantes, menos convictos, fazem mostra de oportunismo. Seu interesse pela agroecologia depende muito mais do surgimento de uma demanda por parte dos consumidores e de ter acesso a uma forma de comercialização que remunere melhor seu trabalho do que a venda para atacadistas. Os mercados agroecológicos não apareceram simplesmente como resposta a uma transformação das práticas ou a um incentivo por organismos de apoio: a condição de seu sucesso se deve à sua resposta qualificada e perene, ou seja, coletiva e institucionalizada, para uma demanda por produtos de qualidade e sem pesticidas.

de agricultores e mercados agro-ecológicos do litoral, do Sertão e dos Estados vizinhos de Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Esta experiência mostra o interesse de um apoio produtivo (e de um suporte econômico e financeiro de tipo crédito, mercado, etc.) para manter e desenvolver a agricultura camponesa e familiar. De fato, existe no Brasil, em particular no Nordeste, uma tendência em reduzir as políticas de apoio à agricultura familiar a medidas de assistência social (aposentadorias, bolsas, etc.). Por outra parte, esta deriva é associada à medida que acabam tornando os agricultores pobres e pouco monetarizados cada vez mais dependentes do mercado de troca capitalista. Com isto, sua integração ao mercado capitalista se opera cada vez mais como consumidor e não tanto como produtor.

A Universidade Camponesa (Paraíba) e o curso de alternância em Unai (Minas Gerais)

É também possível consolidar as práticas e iniciativas das comunidades rurais que visam produzir e compartilhar saberes quando novas relações de reciprocida-

de são estabelecidas com atores externos por meio da criação de dispositivos de interação *ad hoc*. No caso da Unicampo e do curso de alternância de Unai, esta interação se deu entre organizações de agricultores familiares e poderes públicos.

Na região do Cariri da Paraíba, na Escola Técnica Agrícola de Sumé e logo no campus descentralizado da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) funciona desde 2003 uma experiência de formação por alternância de jovens líderes indicados pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) e pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). O projeto Unicampo, chamado também de *Universidade camponesa* tem contado com apoio do Ministério de Desenvolvimento Agrário, MDA, através do projeto Don Helder Camara e do CIRAD (França) (Caniello *et al.*, 2003).

O objetivo era de desenvolver competências locais no que diz respeito ao apoio à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural sustentável por meio da formação de dirigentes camponeses. O princípio consistiu em garantir, no âmbito local, uma formação por alternância

sobre desenvolvimento sustentável para um grupo de 25 a 30 dirigentes de organizações de base (comunidades rurais e projetos de reforma agrária). Os cursos ocorreram nos fins-de-semana, de forma a permitir que os alunos garantam sua atividade profissional. O ciclo de formação era programado para durar apenas três meses. Mas, em 2004, na hora do balanço, os alunos exigiram que a formação continuasse, o que levou o projeto a se lançar em um segundo ciclo de aperfeiçoamento e a buscar novos financiamentos para um terceiro ciclo. Este segundo ciclo durou nove meses. Com ele, os alunos puderam se familiarizar com a metodologia da pesquisa-ação. Os estudos locais lhes deram a possibilidade de analisar, em suas comunidades, quais recursos estavam disponíveis e quais eram as necessidades em termos de projetos. Por fim, um terceiro ciclo de nove meses, voltado para a realização de projetos produtivos nas comunidades dos alunos, completou a formação Unicampo (de março-novembro 2005). A primeira promoção foi diplomada no final de 2005. A maioria dos alunos continua trabalhando como agricultor, mobilizador social, agente de saúde participando de novos projetos em suas comunidades de origem ou no âmbito do território rural do Cariri.

O curso de alternância em Unai

Em 2003, após a solicitação feita pelas organizações de agricultores (CONTAG, FETRAF e MST), a Universidade de Brasília (UnB), o Centro Embrapa Cerrados, o INCRA e a Escola Pública Agrícola Juvêncio Martins Ferreira de Unai-MG implantaram uma formação por alternância de técnicos agrícolas especializados em desenvolvimento sustentável para 58 jovens dos projetos de reforma agrária da área Incra SR-28 (DF e municípios de Goiás e de Minas Gerais). Esta formação nasceu da necessidade de profissionais cujo perfil seja adaptado para apoiar os processos de desenvolvimento local no contexto da agricultura familiar e da reforma agrária. O objetivo consistia em formar os alunos provenientes dos assentamentos da região, para que estes possam se inserir como agentes de desenvolvimento rural, capazes de apoiar as dinâmicas de produção agrícola e de toda a organização social. A pedagogia é fundamentada na alternância: os alunos passam quinze a vinte dias na escola e trinta dias em suas comunidades. Outros princípios são abordados: formação por meio da prática, educação integrada que articula as dimensões cognitiva, afetiva, cultural, corporal e ética.

Este ciclo levou à implantação de uma rede territorial de ajuda mútua com a participação ativa dos alunos, monitores, professores, coordenadores e empregados da Escola Agrícola de Unai. Ele tem por base uma articulação estreita entre ensino e pesquisa, associando os alunos aos procedimentos de pesquisa-ação em meio real. Durante os cursos, os alunos recebem os elementos teóricos das matérias que correspondem às exigências do curso e do diploma e desenvolvem atividades práticas de tipo convencional, bem como iniciativas novas para a escola de Unai, tais como a condução de ensaios, parcelas agroflorestais, culturas consorciadas, compostagem etc. Durante as estadias em suas famílias, os alunos realizaram projetos de interesse comunitário e acompanharam as atividades cotidianas dos agricultores.

2. FUNCIONAMENTO E IMPACTO DOS DISPOSITIVOS ESTUDADOS

2.1. A PASSAGEM PELAS ORGANIZAÇÕES PROFISSIONAIS

Os dispositivos observados começam muitas vezes na informalidade, na escala de uma ou várias comunidades ou assentamentos vizinhos. Logo, têm tendência a mobilizar a organização profissional local para institucionalizar o dispositivo: associação, cooperativa, STR. O curso Unicampo nasceu de uma demanda do STR de São Sebastião do Umbuzeiro, mas rapidamente os alunos criaram uma associação, assim como os alunos do curso de alternância de Unai criaram uma cooperativa no fim do ciclo. Os grupos de comercialização em Unai não progrediram na informalidade (baru e pequi) e se ampararam às associações comunitárias para o leite (e os tanques) ou à cooperativa de leite. Os agricultores das feiras agroecológicas ficaram ligados ao STR de Lagoa Seca antes de constituir sua própria associação.

Geralmente, a negociação de apoio público é realizada via movimento social regional híbrido: sociedade civil, igreja, pólos sindicais, ONGs, universidades e redes territoriais de ação pública. Na maioria dos casos, é o pólo sindical (Borborema) ou o fórum da rede territorial (Cariri e Unai) que assume essa intermediação.

2.2. AS RELAÇÕES E ESTRUTURAS DE RECIPROCIDADE GERAM VALORES

A atualização de novas estruturas de reciprocidade

Os beneficiários da Universidade Camponesa associ-

am o sucesso desta formação coletiva à qualidade da aprendizagem (individual e institucional) e à produção de valores como a confiança, partindo-se de relações de dádiva e de compartilhamento de saberes (Coudel e Sabourin, 2005). Em Unai, o ponto era vencer os complexos ou a desconfiança associados ao estatuto dos sem-terra, muitas vezes estigmatizado inclusive pelas outras categorias de agricultores familiares ou de assalariados agrícolas.

Foi possível construir o sentimento de confiança, produzido na medida em que a metodologia da formação instituiu uma relação humana aberta, envolvendo respeito e humildade entre formadores e formandos. Não é mais tanto a questão de produzir ou transmitir conhecimentos e sim de criar as condições para a aprendizagem, o que supõe restaurar a dignidade e a palavra para os camponeses em formação. Na Unicampo, são compartilhados saberes, opiniões, conscientizações mútuas, mas também práticas: exercícios pedagógicos, visitas de estudo, trabalhos manuais e artísticos (Tonneau e Sabourin, 2004).

Os alunos explicam a eficácia das aprendizagens pela importância dada:

- ao *respeito do outro* (aluno ou professor), à *capacidade de escuta, que produz a confiança no âmbito do grupo*;
- às *relações de reciprocidade* com outros profissionais ou atores sociais e técnicos (agricultores, artesões, poetas, artistas);
- à *prática coletiva do trabalho manual no curso de artes plásticas, inclusive para os professores*, iniciativa que criou relações horizontais entre alunos e professores.

Assim, as aprendizagens mais notórias estão associadas a relações que também produzem valores humanos e sentimentos importantes: confiança (em si e nos outros), respeito mútuo e reconhecimento do outro, sentimento de justiça (a noção essencial do direito e do dever de “tomar” ou de “dar” a palavra); e por fim, responsabilidade (para com os parceiros da formação e para com a comunidade ou organização de origem). Estes valores éticos são produzidos por relações estruturadas de reciprocidade simétrica (Temple, 1998):

- O respeito, o reconhecimento e a amizade são produzidos pelo “cara a cara” da relação de *reciprocidade binária simétrica*;
- A confiança coletiva é produzida pelas relações es-

truturadas de *compartilhamento* no âmbito do grupo: compartilhamento de saberes, aprendizagens mútuas ou cruzadas, compartilhamentos de responsabilidade e solidariedade.

Assim, os participantes da Unicampo e de Unai criaram espaços e modalidades para continuar a compartilhar saberes, regras e técnicas aprendidas e, conscientemente ou não, para reproduzir os valores comuns compartilhados, como nas sessões de formação de Sumé. Mas, ainda que tenha sido apenas um epifenômeno, daqui em diante esta nova base de aprendizagem permite renovar as perspectivas da formação de agricultores.

Os participantes dos cursos da Unicampo e de Unai organizaram uma ampliação das relações de reciprocidade produtiva e de redistribuição/aprendizagem de saberes e valores. Isto representa todo o contrário da reclusão sobre si – próprio, do isolamento (autarcia e dependência) que caracteriza as formas de alienação que são, em geral, associadas às sociedades camponesas (Mendras, 1976). Com a valorização e recuperação de suas raízes camponesas, antes desprezadas ou ocultas, foi possível construir uma relação de reciprocidade na aprendizagem que produz um valor coletivo de dignidade e prestígio. A institucionalização deste tipo de relação, sua reprodução ou sua ampliação, pode contribuir para criar e fortalecer uma estrutura de reciprocidade ternária unilateral. Para os agricultores, ela constitui também uma condição potencial de valorização dos recursos materiais, éticos e espirituais (ou simbólicos) de seu território local ou regional.

Os alunos de Unai enfatizam a produção dos valores de amizade, confiança e equidade, nascidas do compartilhamento – na ação – de situações comuns: os transportes rústicos a partir dos assentamentos, a condição de interno na Escola de Unai, os trabalhos de manutenção na fazenda da Escola, os estágios coletivos, a constituição da cooperativa de antigos alunos e a busca por primeiros contratos.

Observa-se o mesmo fenômeno entre os docentes da escola; seu público tradicional é formado por filhos de grandes proprietários, que consideram os agricultores sem-terra como inimigos de classe e ladrões. Porém, ocorreu um grande reconhecimento entre os jovens provenientes destes dois meios e, em seguida, entre seus respectivos educadores. Os professores dos cursos clássicos foram voluntários para assumir as vacâncias da formação por alternância. Esta aproximação entre ensino

agrícola e pesquisa-desenvolvimento renovou também os horizontes e os métodos da Escola de Unai e contribuiu para lhe garantir apoios financeiros e logísticos.

As relações de reciprocidade binária (ajuda mútua, compartilhamento) estão presentes na maioria dos dispositivos, mas não são dadas. Muitas vezes, no caso de dispositivos que, desde o seu início, receberam incentivo externo, elas são até construídas ao longo do processo, como nos cursos de alternância de Unai e Unicampo. As relações de reciprocidade simétrica, além de produzir valores materiais (gestão de um recurso) ou instrumentais (saber, informação), são aquelas que produzem também valores humanos afetivos ou éticos (Box 1).

Por exemplo, na ajuda mútua, na aprendizagem mútua, ou na relação educando-educador, estabelecem-se relações de reciprocidade binária simétrica (cara a cara) que geram sentimentos de amizade, de respeito.

Na estrutura de compartilhamento de experiências, de situações e de saberes, todos são iguais e dependem uns dos outros: o valor produzido é a confiança entre os membros do grupo.

Esses valores afetivos e éticos, à sua vez, contribuem para reproduzir os ciclos e manter as estruturas onde se desenvolvem (Temple, 2003).

Tais valores são indicados pelas testemunhas dos atores em termos de qualidade das relações sociais, em termos de obrigações sociais, mas também de satisfação, de reconhecimento, de respeito, de alegria, de festa e de sentimento de pertencimento (identidade comum). São ao, mesmo tempo, produtos e motores dos ciclos de reciprocidade. Correspondem também ao projeto de sociedade, segundo que a prioridade é dada aos interesses materiais individuais ou coletivos ou então à qualidade dos laços sociais e do compartilhamento.

Se a relação é considerada mais importante que o serviço prestado, é porque os agricultores usuários lhe atribuem um valor humano e não apenas material. Esse valor humano é de natureza afetiva (amizade), ética (solidariedade e confiança) e é celebrado por marcas simbólicas (presentes mútuos, rituais e rezas compartilhadas), mas também pela festa (festas das sementes da paixão, dos grupos de agricultores-experimentadores, das feiras ecológicas, dos fins de cursos de Unicampo e Unai). A expressão do valor de confiança não aparece espontaneamente. É necessário perguntar sobre a existência de abusos individuais, de desvios ou aproveita-

mentos privados de certos membros para que o valor de confiança seja expresso como evidente pela naturalidade das respostas « *não, nós temos confiança* » ou, ao contrário, « *pois é um problema do qual não gostamos de falar, mas que existe* ». De qualquer modo, se não existisse a construção de uma confiança mútua neste tipo de dispositivo, não existiriam bens comuns ou propriedade comum. Agora, quando há confiança, todos reconhecem que ela não é dada a priori, deve ser socialmente construída e submetida a formas de controle social. Em realidade, a confiança funciona no nível simbólico, pois ela permite a solidariedade que dá ao grupo de compartilhamento força, capacidade de se afirmar como unido e homogêneo face às agressões externas ou às tentativas de roubo. Ora, para se sentir forte e unido, como todos o desejam, e para mostrar essa força, ninguém tem interesse em duvidar do outro. A dúvida gera a suspeita que leva à perda do compartilhamento. Cada um sabe que pequenos abusos acontecem, existem sanções nos regulamentos, mas enquanto fica nos limites razoáveis o grupo prefere não oficializá-los.

Redução das assimetrias e aprendizagem da reciprocidade

A primeira aprendizagem que os atores locais apontam é a da parceria. Esta requer um reconhecimento do outro, dos outros, bem como a necessidade de desenvolver capacidades de ação conjunta e de coordenação mútua. Podemos nos perguntar se há reciprocidade nestas aprendizagens, nos casos do Estado e dos serviços públicos: seus funcionários não apresentam a mesma sede ou vontade de conhecimento, muito menos a capacidade de imaginar que podem aprender entre pares e menos ainda junto a agricultores assentados.

Não é fácil tirar conclusões sobre as conseqüências em termos de modificação das relações locais de poder, tamanho é o contraste das situações, mas alguns elementos parecem irreduzíveis:

Primeiro, as tentativas de recuperação são naturais e, portanto, constantes: existem, tanto por parte dos políticos locais, dos serviços administrativos federais e estaduais, como também das organizações de agricultores e de seus dirigentes, embora disponham de menos poderes do que os serviços públicos.

Segundo, é difícil voltar atrás após uma experiência participativa, apesar das tentativas de mudança de rumo dos poderes públicos: basta citar os casos da cooperativa dos antigos alunos de Unai, da associação de antigos alunos da Universidade Camponesa.

Pode-se observar a constituição de uma memória cidadã, lá onde não parecia haver nenhuma memória política. Posturas críticas levam a uma evolução do voto local. Progressivamente, à medida que os eleitores rurais apresentam melhor formação, informação e conscientização, o voto adquire maior autonomia. Isto não influi diretamente no sucesso de um ou outro partido, e sim nas qualidades cívicas dos candidatos eleitos. Ainda que se trate de casos isolados em relação a todo o Brasil, há um lento e difícil processo de redução da dependência, um processo de conquista da autonomia e de aprendizagem da democracia.

As experiências estudadas estão associadas a uma recuperação da dignidade dos agricultores, ou seja, a uma revalorização do estatuto dos camponeses pobres. Por exemplo, financiar sua parte da cisterna, mesmo se for uma contribuição simbólica, valorizar suas próprias sementes e vender produtos sadios contribui para esta valorização da auto-estima e da identidade do grupo. Ainda é cedo demais para antever perspectivas com segurança. Todavia, é possível analisar os limites destas iniciativas em termos de metodologia e teoria.

2.3. LIMITES E DIFICULDADES DESSES DISPOSITIVOS

A maioria dos casos estudados corresponde a iniciativas recentes e semi-autônomas, geralmente ligadas às intervenções institucionais externa. Portanto, precisam de apoio técnico, de acompanhamento e de formação. Os dispositivos em ambiente de reforma agrária, particularmente, mostram dificuldades para construir essa autonomia e auto-estima, para sair do assistencialismo. Devem afrontar uma pressão social negativa: os qualificativos de sem-terra, assentado, meeiro continuam sendo estigmatizados, o que gera processos de auto-desvalorização, mas também de ciúmes e rivalidades entre pares.

Por outra parte, quando devem se associar às organizações formais da agricultura familiar, esses dispositivos arriscam ser vítimas ou contaminados pelo corporativismo ou o clientelismo que existe também no seio das organizações dos agricultores. Essas organizações profissionais não são ilhas na sociedade brasileira, imunes a esses mecanismos, elas reproduzem muitas vezes o sistema dominante. Um dos traços desses comportamentos é precisamente a confusão entre bem público, privado e comum, introduzida e cultivada pela classe política no Brasil.

Um dos principais limites constatados é a dificuldade de realizar uma reprodução desses dispositivos. Três anos após o fim do ciclo experimental em Sumé, o projeto Dom Helder Câmara do MDA não conseguiu montar um só dos sete projetos de Universidade camponesa no semi-árido nordestino. O projeto de reforma agrária Crédito Fundiário imaginou substituir a assistência técnica por grupos de agricultores experimentadores com um financiamento de apoio durante dois anos. Até agora não se consolidou nenhum. De fato, os casos de dispositivos coletivos bem sucedidos correspondem, geralmente, a construções sociais peculiares, costuradas no tempo, a partir de uma acumulação e continuidade de esforços endógenos e de capacidade de captar e valorizar apoios externos, como o mostra o exemplo das feiras agro-ecológicas.

Finalmente, certas dificuldades estão ligadas a uma falta de institucionalidade ou de estatutos jurídicos adaptados e amparados na lei para as comunidades e os grupos sem estatuto que precisam de organização jurídica e de interface institucional (articulação).

2.4. APOIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Como captar as políticas públicas?

Três categorias de fatores favorecem a mobilização das políticas públicas pelos dispositivos coletivos dos agricultores. Primeiro, são essenciais à experiência e o capital acumulados por conta da anterioridade dos dispositivos comuns ou do apoio das políticas públicas. É o caso do controle ou da gestão direta dos recursos por organizações de produtores locais como no caso das Casas Familiares Rurais ou Escola Familiar Agrícola, mantidas por uma associação de agricultores-pais de alunos que, geralmente, recebem apoios da cooperação internacional, das igrejas e dos diferentes níveis de governo.

A segunda estratégia é criar instituições locais e fortalecer o capital humano. Foi o caso da criação da Associação dos ex-alunos da Unicampo, da Cooperativa de técnicos criada pelos ex-alunos do curso de Unai. A mobilização da institucionalidade local ou regional passa também pelo uso dos fóruns territoriais (municipais, regionais, estaduais) e das redes associadas a esses fóruns.

Em terceiro lugar, vem a atualização ou criação de relações de reciprocidade mais simétricas. As relações *inter-pares* podem ser adquiridas na ação comum ou coletiva de compartilhamento de recursos. As relações simétricas (cara a cara aprendiz/educador ou entre educandos com

saberes diversos) são construídas na aprendizagem conjunta: como no caso dos cursos de Unai e Unicampo, ou dos grupos de agricultores experimentadores.

A cooperação multi-institucional e internacional permite estender relações de reciprocidade por meio das redes sociais (rede de feiras agro-ecológicas na Paraíba, rede território Águas Emendadas etc.), o que proporciona tanto para os indivíduos como para o seu dispositivo uma autonomia relativa e uma diversificação das fontes de recursos e apoios.

O reconhecimento público: vantagens e riscos

Mesmo se o apoio externo existiu desde o início da experiência (curso de Unai e Unicampo), o reconhecimento público não é dado. Deve ser construído. De fato, certas iniciativas, experiências bem sucedidas, são midiáticas por nossas próprias instituições de pesquisa, extensão e ensino. Mas, geralmente isto ocorre quando a experiência já está consolidada.

O interesse de instituições governamentais e não governamentais em se apropriar da idéia ajuda para o reconhecimento e até para o financiamento público, mas, é uma faca de dois gumes. Os cursos de alternância, como o da Unicampo, foram cotejados: muitas instituições queriam se apropriar e duplicar a experiência, mas poucas têm conseguido. Reconhecer e apoiar os dispositivos dos agricultores não é promovê-los para substituir o Estado. Por exemplo, substituir serviços de ATER por Agricultores Experimentadores. Redes e grupos de agricultores inovadores ou experimentadores podem ser eficientes, mas exigem muito apoio e acompanhamento de parte dos centros de Pesquisa e Desenvolvimento para expressar seu potencial. Uma alternativa interessante seria precisamente associar esses grupos ao novo sistema de ATER e de ATES do MDA. Porém, até hoje o sistema de ATER misto (público/privado) passa por limitações: é difícil e laborioso o credenciamento de organizações de agricultores (sobre tudo na Ates), e elas passam por preconceitos de natureza política e técnica (por parte da rede sócio-técnica dos agrônomos nas instituições de ATER mais clássicas).

3. ENSINAMENTOS E PERSPECTIVAS

3.1. QUE TIPO DE APOIO PÚBLICO?

Os dispositivos estudados são, na sua maioria, recentes e, portanto ainda frágeis e dependentes de apoios

condicionados. O caráter condicionado do apoio público deve ser associado também a deveres em termos de acompanhamento e avaliação daquilo que o MDA-SDT chama de "gestão social" (dos projetos e dos espaços participativos).

A melhor maneira de deslocar ou de superar esses limites é de fortalecer esses dispositivos institucionais. A necessária redução da assimetria de poder e da capacidade de decisão dos agricultores nos espaços de negociação dos projetos e das políticas públicas passa pelo fortalecimento das suas competências. Mas isto não significa apenas capacitação das lideranças (que podem, à sua vez, se tornar novos intermediários). Deve ter também capacitação das bases e, sobretudo, transparência nos processos e decisões mediante o acesso à informação.

Entre as experiências bem sucedidas destacam-se os casos onde existe uma associação ou articulação no mesmo município ou território entre dispositivos de educação por alternância com controle dos agricultores e iniciativas de inovação (técnica ou institucional).

A educação de adultos no campo já vem se formalizando como uma metodologia específica e exige uma pedagogia adaptada: *Universidade camponesa, Cursos de alternância, Escola Familiar Agrícola, Casas Familiares Rurais*.

Em matéria de apoio aos dispositivos coletivos dos agricultores e geração de novas competências precisa-se associar gestão social e contratualidade (Favareto, 2008). Isto pode acontecer mediante apoios públicos negociados e contratuais, mas não é suficiente. Para contratualizar, o dispositivo coletivo precisa dispor de um estatuto jurídico adaptado: aquele da associação tem suas limitações e o da cooperativa é um verdadeiro via-cruz burocrático. Sem uma simplificação e adaptação dos estatutos torna-se difícil potencializar essa forma original de articulação negociada e contratual entre ação pública do Estado da ação coletiva dos agricultores.

Geralmente, as políticas ou estratégias contratuais supõem aplicar as normas burocráticas exigidas pela administração para garantir a transparência das operações financeiras, o que obriga as organizações a se submeter a uma lógica de funcionamento que lhes é alheia. Estes elementos constituem um processo de aprendizagem coletiva ou institucional considerável: aprendizagem de saberes, de posturas, de regras, de normas e também de valores: confiança, responsabilidade, justiça e equidade. Segundo a opinião dos agricultores anima-

dores do Pólo Sindical da Borborema, estas exigências administrativas e burocráticas demandam muito tempo e recursos humanos. Eles calculam que se este tempo de trabalho fosse remunerado no valor do custo dos técnicos dos serviços públicos ou das ONG, só as despesas com pessoal já superariam de longe o montante total dos recursos recebidos pelas organizações de agricultores para administrar estes projetos. Melhor dizendo, o trabalho de gestão e administração dos agricultores em favor da coletividade local não é remunerado. E este é um exemplo que mostra que o reconhecimento e o apoio dos poderes públicos por si só podem se revelar insuficientes para garantir a continuidade e o funcionamento de tais dispositivos.

3.2. A NECESSIDADE DE UMA INTERFACE DE SISTEMAS

Existe uma necessidade de interface, quer dizer um mecanismo de articulação ou de tradução entre sistemas de reciprocidade (vigorando dentro dos dispositivos coletivos) e o sistema de troca mercantil operando no exterior, principalmente nos mercados de bens, serviços e de trabalho. A primeira possibilidade de interface depende do próprio dispositivo, caso a comunidade local mantenha suas regras e estruturas de reciprocidade (mutirão, controle social etc.). Por exemplo, no caso da comercialização dos produtos, o controle social da transação pelo produtor é possível no caso da venda direta na unidade de produção, no mercado do produtor ou nas feiras de proximidade, ou mediante redes de economia solidária. Além do controle social das cadeias curtas, a venda direta mediante o encontro direto e físico entre produtor e consumidor cria, ao lado da relação de troca, uma relação de reciprocidade binária simétrica de tipo "cara-a-cara", privilegiando as relações humanas e gerando valores de respeito, amizade e confiança.

A segunda oportunidade depende das políticas públicas ou de a legislação passar a assumir este papel de interface de sistemas. Trata-se primeiro de não acelerar a destruição das relações de reciprocidade, promovendo apenas o "desenvolvimento" da troca mercantil por meio da redistribuição do Estado. Uma possibilidade é proteger territorialidades econômicas de reciprocidade (ou mistas) da concorrência capitalista mediante políticas públicas regulatórias. Isto pode ser mediante direitos a produzir: cotas, mercados reservados ou por meio de mecanismos de qualificação e certificação dos produtos (Sabourin, 2009). As relações de reciprocidade

simétrica geram valores éticos específicos; mas os valores éticos não resolvem tudo: precisa-se das competências técnicas e institucionais, de um quadro jurídico adaptado.

As interfaces de sistemas constituem o que Ploeg (2008) chama de mecanismos de conversão: a articulação reciprocidade/troca permite uma conversão de lógicas, de valores. A identificação, experimentação e validação de interfaces de sistemas exigem pesquisa e experimentação em condições reais (tempo longo).

3.3. ALTERNATIVAS PARA PROMOVER SERVIÇOS AMBIENTAIS E MULTIFUNCIONALIDADE

Para o Estado, a existência de tais dispositivos coletivos dos agricultores oferece uma verdadeira oportunidade de delegação de serviços ambientais territorializados por meio de uma política pública contratual. Tal política passa por todas as medidas de reconhecimento (jurídico, político e territorial) e de apoio (técnico, pedagógico, organizacional, institucional ou econômico) que visem garantir o reconhecimento, o funcionamento e a gestão destes dispositivos. Com tais estratégias, seria possível negociar interfaces positivas, superando os bloqueios e as paralisias costumeiras entre sistemas de reciprocidade e sistemas de troca. Estas prestações são assumidas pelos agricultores por necessidade; mas, além de apoiar a produção, elas cuidam de outras funções de interesse coletivo: conservação da floresta, da biodiversidade e da água, segurança alimentar, produção de referências técnicas etc.

Por outra parte, estas prestações dependem de estruturas e regras sociais de proximidade e de reciprocidade construídas ao longo do tempo. Assim, recuperar estas funções significa contribuir para a preservação ou para a modernização destas estruturas econômicas de reciprocidade e redistribuição (ajuda mútua, manejo compartilhado de recursos) e dos valores humanos éticos produzidos pelas relações de reciprocidade simétrica. Estes valores humanos de solidariedade, equidade, justiça e responsabilidade não são dados, culturalmente ou socialmente. Sua manutenção e reprodução passam pelo reconhecimento do nome, do saber e do gesto dos atores locais, dos agricultores, dos artesões e dos pescadores. Disto dependem seu ser social, seu estatuto e seu prestígio. Todavia, a mudança da natureza gratuita e voluntária destas funções pode acelerar seu desaparecimento. A mercantilização destas práticas poderia tam-

bém levar a uma desagregação das estruturas sociais e econômicas de reciprocidade e de manejo compartilhado que as regulam, transformando a natureza de suas regras e valores. A este título, as experiências de recuperação das raízes culturais e técnicas dos agricultores, ou ainda de confrontação de seu saber-fazer com as técnicas e saberes científicos, constituem apoios valiosos, como no caso da Universidade Camponesa e das feiras agroecológicas. Uma estratégia deste tipo, que leva em conta a multifuncionalidade da agricultura e dos territórios rurais a partir de dispositivos coletivos apresenta várias vantagens para os países do Sul.

Primeiramente, seu custo é reduzido em termos de recursos públicos, já que se trata essencialmente de confortar e apoiar práticas multifuncionais preexistentes. Depois, um reconhecimento ou apoio público permite evitar o desaparecimento destas práticas multifuncionais, preservando as relações e estruturas econômicas de compartilhamento, de ajuda mútua ou de redistribuição que as mantém, bem como os valores éticos de responsabilidade, confiança ou justiça que elas produzem.

Nos casos estudados, é raro que o apoio público se transforme em remuneração individual para os agricultores dos serviços que assumiam gratuitamente no passado. A remuneração, se existe, diz respeito ao dispositivo ou à estrutura coletiva, fortalecendo seu funcionamento ou sua reprodução. Bem pelo contrário, a aplicação de um sistema de multifuncionalidade baseado na remuneração individual dos serviços associados à produção agrícola tende a monetarizar e mercantilizar prestações gratuitas que, por sinal, garantem a produção de valores humanos universais. A mudança da natureza gratuita e voluntária destas funções pode acelerar seu desaparecimento (em particular, quando uma remuneração deste tipo não seria mais garantida), ou levar simplesmente a uma desagregação das estruturas de reciprocidade que as garantiam, desnaturando suas regras e seus valores.

4. CONCLUSÕES

O estudo conduz a duas principais conclusões. Primeiramente, os dispositivos coletivos dos agricultores produzindo bens comuns e públicos analisados têm-se beneficiado de algum tipo de reconhecimento ou apoio público. Mas, a maioria deve a sua permanência ou reprodução à capacidade dos agricultores e dos seus in-

terlocutores em atualizar práticas de reciprocidade em novas estruturas, de maneira a proporcionar relações simétricas de reciprocidade. Em segundo, essa reprodução das relações de reciprocidade no seio dos dispositivos coletivos, sendo realizada, faz-se necessário um mecanismo de articulação capaz de superar o antagonismo entre sistema econômico de reciprocidade e sistema de troca.

Isto leva, portanto, a aprofundar e qualificar melhor a natureza das regras e dos princípios econômicos que presidem a cada categoria de prestações. Estes dispositivos coletivos oferecem uma alternativa original em termos de instrumentos de política de multifuncionalidade da agricultura para os países do Sul. Tratar-se-ia de uma política fundamentada no reconhecimento dos dispositivos coletivos dos agricultores que cuidam da produção ou do manejo de bens comuns ou públicos.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

CALLON, M. ; LASCOUMES, P. ; BARTHE, Y. Agir dans un monde incertain. Essai sur la démocratie technique, Paris, Seuil, 2001, 358p.

CANIELLO, M. ; TONNEAU, J.P. ; LEAL, F. ; LIMA, J. ; ARAUJO, A. Projeto Unicampo, Uma universidade camponesa para o semi-árido Brasileiro, Campina Grande, UFCG-Cirad, 2003, 16 p.

COUDEL, E ; SABOURIN, E. Apprentissage et action collective au Nordeste du Brésil : l'Université Paysanne, Montpellier, Cirad – Inra, Actes du projet Accolade, 2005, 35p.

DURAN, P. Penser l'action publique, Paris, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, Coll. "Droit et Société", 1999, 199p.

FAVARETO, A. Três instantâneos sobre a gestão social do desenvolvimento territorial nos anos 2000 – apontamentos para um balanço in III° Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial, Fortaleza-CE, 5-7 de novembro de 2008.

KILCHER F. Marchés hebdomadaires et agricultures familiales. Quelle complémentarité. CNEARC, Montpellier, Mémoire ESAT 1, 2004, 136p.

LAGROYE, J. ; BASTIEN, F. ; SAWICKI, F. Sociologie politique. Paris : Dalloz Presses de Sciences Po, 2002, 599p.

- MASSARDYER, G. *Politiques et action publiques*, Armand Colin, Paris, 2003, 302 p.
- MENDRAS, H.. *Les sociétés paysannes. Eléments pour une théorie de la paysannerie*. Paris, Armand Colin, 1976, 281p.
- MORMONT M. *Agriculture et environnement : pour une sociologie des dispositifs*, *Economie Rurale*, 1996, 236 : 28-36.
- OSTROM E. *A behavioral approach to the rational-choice theory of collective action*, *American Political Science Review*, 1998, 92:1-22.
- OSTROM, E. *Toward a Behavioral Theory Linking Trust, Reciprocity and Reputation*. In: OSTROM E.; WALKER, J. (ed.) *Trust and Reciprocity: Interdisciplinary Lessons for Experimental Research*, New York: Russell Sage Foundation, 2003, p. 19-78.
- OSTROM, E. *Policies that crowd out reciprocity and collective action*. In GINTIS, H.; BOWLES, S.; BOYD, R.; FEHR, E. *Moral Sentiments and Material Interests: The Foundations of Cooperation in Economic Life*. Cambridge MA: MIT Press, 2005: p. 253-275
- SABOURIN, E., *Multifuncionalidade da agricultura e manejo de recursos naturais: reflexão sobre alternativas a partir do caso do semi-árido brasileiro*. in: *Actes [CD ROM] du Séminaire Franco-Brésilien de recherche sur la multifonctionnalité de l'Agriculture*, 24-27 novembre, Florianópolis, Brésil, 2003
- SABOURIN, E; DUQUE, G; DINIZ, P.C. O; OLIVEIRA, M. S. L.; FLORENTINO, G. L.. *Reconnaissance publique des acteurs collectifs de l'agriculture familiale au Nordeste*. *Cahiers Agricultures*, V.14 (1), 2005: 111-116
- SABOURIN, E. *Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos*. In: SCHNEIDER, S. (org.) *A diversidade agricultura familiar*, Editora da UFRGS, Porto Alegre, serie Estudos Rurais, 2006a, p. 108 -132
- SABOURIN, E. *Organizações formais e dispositivos coletivos dos agricultores no Nordeste Semi-árido*. In: SABOURIN, E. (org.) *Associativismo, cooperativismo e economia solidária no meio rural*, *Cadernos do CEAM*, 23, Brasília, UnB, 2006b. p 51-93.
- SABOURIN, E. ; HOCDE, H. ; TONNEAU, J-P. ; SIDERSKYP. *Production d'innovations et interactions agronomes/agriculteurs dans l'Agreste de la Paraíba, Brésil*. In: *Agronomes et Innovation*, Paris, L'Harmattan, Cahiers de l'Académie d'Agriculture. 2006
- SABOURIN, E. *Ressources communes et multifonctionnalité au Nordeste du Brésil*. In: GROUPE POLANYI (ed). *La multifonctionnalité de l'agriculture : une dialectique entre marché et identité*, Versailles, Quae Editions, 2008, 360p.
- SABOURIN, E. *Camponeses do Brasil : entre troca mercantil e reciprocidade*, Rio de Janeiro, Garamond, 2009, 400p.
- TEMPLE, D. *Les structures élémentaires de la réciprocité*. In: *Revue du MAUSS semestrielle*, n°12 (2), 1998 : p. 234-242,
- TEMPLE, D. *Teoría de la Reciprocidad, Tomo I: La reciprocidad y el nacimiento de los valores humanos*. 240p. tomo II : *La economía de reciprocidad*, p. 376-392, PADEP-GTZ, La Paz, 2003.
- TONNEAU, J-P. ; SABOURIN, E., *Université Paysanne au Brésil. Evaluation du 1er cycle du projet Unicampo*. Montpellier Cirad Tera n° 04/2004, 2004, 60p.